

CORPOS RECUSADOS E CONTRACURRÍCULOS: hiv/aids, saúde sexual e a produção de subjetividades resistentes¹

Esmael Alves de Oliveira²

Universidade Federal da Grande Dourados

Marcos Antonio Ferreira do Nascimento³

Fundação Oswaldo Cruz/Instituto Fernandes Figueira

Salvador Pereira Campos Corrêa Junior⁴

Fundação Oswaldo Cruz/Instituto Fernandes Figueira

Gabriel Luis Pereira Nolasco⁵

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

O artigo propõe uma reflexão crítica sobre os modos como o hiv/aids, enquanto marcador biopolítico, atravessa corpos e subjetividades dissidentes, especialmente de homens vivendo com hiv. A partir da noção de “corpos recusados” (Cecílio, 2020) e do conceito de “currículo oculto” (Silva, 2016; Louro, 1999, 2004), argumenta-se que tanto os espaços escolares quanto os dispositivos institucionais de saúde operam como mecanismos de exclusão, apagamento e normalização de corpos que desafiam as normas hegemônicas de gênero, sexualidade, raça e classe. A pesquisa, ancorada no projeto “Masculinidades, curso de vida e cuidado”, evidencia como os discursos e práticas sociais relacionados ao hiv/aids ainda estão marcados por estigmas e silenciamentos, configurando um currículo que ensina, de forma implícita, quem tem direito ao cuidado, à visibilidade e à cidadania. Por meio da análise de um diário-corpo produzido por um interlocutor da pesquisa, o texto reflete como esses sujeitos elaboram resistências e práticas de cuidado de si em meio a contextos de exclusão. A articulação entre currículo e biopolítica permite compreender como determinadas narrativas sobre saúde e sexualidade são legitimadas enquanto outras são relegadas à margem. O artigo, portanto, convoca um olhar ético-político sobre os corpos que, mesmo recusados, fabulam contracurrículos que reivindicam pertencimento, reconhecimento e vida digna.

Palavras-chave

hiv/aids; Saúde sexual; Currículo oculto; Diário-corpo; Biopolítica.

¹ Agradecemos ao CNPq pela concessão da bolsa ao primeiro autor, recurso essencial para a realização desta pesquisa, no âmbito da Chamada CNPq Nº 32/2023 – Pós-Doutorado Sênior – PDS 2023 (processo n. 177092/2023-8).

² Doutor em Antropologia Social. E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9235-5938>

³ Doutor em Saúde Coletiva. Email: m2nascimento@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3363-4232>

⁴ Doutor em Saúde Coletiva. Email: salvadorcorreea@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7497-7517>

⁵ Doutor em Psicologia. Email: nolasco.gabriel@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7014>



Introdução

A epidemia de hiv/aids⁶, apesar dos avanços biomédicos e sociais conquistados ao longo das últimas quatro décadas, segue sendo atravessada por silenciamentos, estigmas e exclusões (Calazans, Parker, Terto Junior, 2022; Maksud et al., 2022). Pessoas vivendo com hiv (PVHIV), especialmente aquelas cujas experiências se entrelaçam com sexualidades dissidentes, continuam a ser alvo de dispositivos de poder que, como parte de um projeto de construção de uma história sobre o dispositivo da sexualidade (Foucault, 1999), visam produzir e conduzir subjetividades, corpos e populações. Luiz Cecílio (2020), em “O corpo recusado”, oferece a chave analítica central deste trabalho ao designar corpos interditados, marginalizados e silenciados como aqueles que a biopolítica inscreve à margem do reconhecimento e do cuidado. Contudo, tal recusa não produz um vazio epistemológico; ao contrário, ela provoca uma reapropriação criativa do vivido. Ao serem deslegitimados pelas normas sociais, esses corpos subvertem o currículo oculto que os exclui, forjando narrativas e práticas de si que reivindicam outras formas de existência e desafiam o saber hegemônico sobre o corpo e a sexualidade.

Este artigo compôs o projeto de pesquisa “Masculinidades, curso de vida e cuidado: percorrendo narrativas, experiências e práticas de homens vivendo com hiv”, conduzido pelos dois primeiros autores – atuantes no campo da Saúde Coletiva –, em parceria com outros pesquisadores do campo de estudos sobre hiv/aids, como o terceiro e quarto autor – ambos advindos de territórios marcados pelos ativismos aos quais pertencem. A pesquisa foi realizada entre 01 de agosto de 2024 e 30 de julho de 2025, junto ao Programa de Pós-Graduação da Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Foram entrevistados 11 homens gays vivendo com hiv, cujos perfis refletiram uma diversidade etária, racial e de classe social, permitindo uma análise interseccional ampliada. O foco era compreender como homens gays cisgênero, vivendo com hiv, elaboram sentidos sobre suas masculinidades, saúde e práticas de cuidado,

⁶ Ao longo de todo o artigo utilizaremos a sigla hiv/aids em minúsculo para ressaltar sua condição de artefato cultural e político. Quando se tratar de trechos de obras ou documentos oficiais, respeitaremos a grafia conforme constar no original.

considerando o acúmulo de experiências (singulares e coletivas) no contexto histórico de mais de 40 anos de epidemia. No entanto, ao longo dessa investigação, deparamo-nos com obstáculos significativos, como a persistência do receio de falar sobre a condição sorológica, apesar dos avanços no tratamento e nos cuidados com o hiv. Esse receio reflete o que Herbert Daniel e Richard Parker (2018) denominaram como a “terceira epidemia”: a exclusão simbólica e o estigma social resultam em uma “morte civil”, desautorizando a plena vivência e o reconhecimento da existência das PVHIV.

Nesse contexto, a noção de “corpo recusado” (Cecílio, 2020) se revelou crucial para entender como os corpos disciplinados e/ou agenciamentos de homens vivendo com hiv são atravessados por interdições que vão além da condição sorológica, fazendo emergir desejos e/ou outras formas de estigmatização. Tais interdições se conectam com marcadores como gênero, sexualidade, idade, raça e classe, compondo um regime de normatização que nega a esses corpos o direito ao cuidado, ao prazer, à visibilidade e à vida digna (Oliveira; Nolasco; Nascimento, 2024).

O artigo propõe, então, uma reflexão crítica sobre os “currículos” que atravessam as políticas sexuais a partir da noção de “currículo oculto” (Silva, 2016; Louro, 1999), à luz da biopolítica foucaultiana e dos estudos sobre hiv/aids no âmbito da saúde sexual.

Para fins de sistematização, o texto está organizado em seis seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, “Currículo oculto e a produção de corpos recusados”, discutimos a noção de “currículo oculto” a partir das definições de Tomaz Tadeu da Silva (2016) e Guacira Lopes Louro (1999), evidenciando como ele opera na constituição de subjetividades e na produção de corpos e sexualidades normativas. Em seguida, na seção “Nas articulações entre currículo(s) e saúde(s)”, abordamos as intersecções entre currículo, biopolítica e políticas públicas de saúde, com destaque para o campo do hiv/aids, analisando como os dispositivos curriculares regulam modos de vida e práticas de cuidado. A terceira seção, “Currículos de desmonte”, analisamos as estratégias que têm contribuído para o desmonte das políticas destinadas às pessoas que vivem com hiv e os efeitos dessas medidas sobre suas condições de vida e cuidado. Na quarta, “Corpos-currículos silenciados”, analisamos o silenciamento contemporâneo em torno do hiv/aids nas esferas públicas como expressão de uma biopolítica que, por meio de currículos ocultos, patologiza e exclui corpos dissidentes. Contrapondo-nos à

hegemonia biomédica e ao regime farmacopornográfico (Preciado, 2018), defendemos a necessidade de políticas de saúde que articulem saberes comunitários e vivenciais. Na quinta seção, “Corpos recusados, biopolítica e produção de subjetividades”, desenvolvemos o conceito de “corpo recusado” (Cecílio, 2020) como chave analítica para compreender a exclusão ontológica de homens vivendo com hiv/aids, articulando-o às noções de “terceira epidemia” (Daniel; Parker, 2018) e “vida precária” (Butler, 2015). Ali evidenciamos que a recusa a esses corpos opera como dispositivo biopolítico que hierarquiza vidas dignas de cuidado e luto, manifestando-se em práticas institucionais, discursos midiáticos e afetividades cotidianas. Na sexta, “Um diário-corpo como contracurrículo”, propomos o “diário-corpo” de G. Bandeira como um contracurrículo que, por meio da autonarrativa e do cuidado de si (Foucault, 2006), tensiona os dispositivos biopolíticos que capturam corpos soropositivos em regimes de verdade biomédicos e estigmatizantes.

Por fim, nas considerações finais, reafirmamos que o hiv/aids deve ser compreendido para além da biomedicina, como fenômeno político e subjetivo atravessado por estigmas e exclusões que produzem “mortes civis”. Convocamos à uma ética do cuidado e um currículo crítico e contra-hegemônico que incluam as vozes e experiências historicamente silenciadas, transformando o luto solitário em luta coletiva.

Currículo oculto e a produção de corpos recusados

A noção de “currículo oculto”, tal como problematizada por Tomaz Tadeu da Silva (2016) a partir dos estudos culturais, desafia a concepção tradicional e colonizadora de currículo como simples seleção neutra de conteúdos a serem transmitidos em sala de aula. O autor evidencia que o currículo é um artefato cultural e político, atravessado por relações de poder e disputas de sentido. O currículo oculto refere-se justamente àquilo que, embora não esteja explicitamente presente nos documentos e programas oficiais, é aprendido de forma implícita nas interações cotidianas escolares – como normas de comportamento, valores morais, códigos de gênero, classe, raça e sexualidade. Trata-se de um conjunto de práticas e discursos, que opera silenciosamente na formação de subjetividades, regulando o que pode ou não ser dito, vivido e reconhecido.

Guacira Lopes Louro, nas obras “O corpo educado: pedagogias da sexualidade” (1999) e “Um corpo estranho” (2004), aprofunda essa discussão ao evidenciar como a escola participa ativamente da normalização de corpos e sexualidades. Segundo a autora, tanto o currículo oficial quanto o oculto colaboram na produção de um sujeito escolar ideal, universal, alinhado às normas hegemônicas de gênero e de um tipo específico da cis-heterossexualidade normativa e compulsória. Ao denunciar o apagamento das diferenças - especialmente das identidades dissidentes - em nome de uma suposta universalidade, Louro nos permite compreender como a escola é um espaço onde o conhecimento, longe de ser neutro, está imerso em disputas simbólicas, políticas e sociais e em processos de inclusão e exclusão.

Embora essas discussões emergjam no campo da educação, é fundamental reconhecer que o currículo, compreendido como prática social de significação, ultrapassa os limites da educação formal e seus processos formativos. O currículo - sobretudo em sua dimensão oculta - atua também nos espaços não formais, nos meios de comunicação, nas práticas institucionais de saúde, nas políticas públicas, nas legislações, nos discursos religiosos e na cultura popular. Dessa forma, pensar o currículo é pensar também as formas pelas quais a sociedade produz e legitima determinadas verdades, identidades e modos de vida em detrimento de outros (Campo; Giovinazzo Júnior, 2024).

É justamente a partir dessa ampliação do conceito que se torna possível articular o debate sobre o currículo oculto aos discursos e práticas sociais relacionadas ao campo do hiv/aids, estabelecendo, assim, um panorama dos últimos 40 anos de acúmulos sociais, comportamentais e biomédicos. Ao olharmos para a forma como o hiv/aids é (ou não) tematizado no âmbito social, nas campanhas públicas, nos protocolos de saúde, ou mesmo nos discursos midiáticos, percebemos como determinadas narrativas foram (e continuam sendo) historicamente silenciadas - sobretudo aquelas que envolvem corpos dissidentes, práticas sexuais não normativas e populações marginalizadas. A ausência ou o tratamento estigmatizante desses temas operam como um currículo oculto que reforça preconceitos, nega cidadania e restringe direitos.

Assim, ao trazermos o hiv/aids para o centro do debate curricular, não apenas tensionamos e torcemos o conceito de currículo, mas também colocamos em

visibilidade arranjos através dos quais as práticas sociais produzem sentidos sobre saúde, risco, cuidado, sexualidade e moralidade. Essa perspectiva amplia o entendimento do currículo como dispositivo de poder que organiza a vida social e que participa da constituição dos sujeitos - ensinando, de forma muitas vezes silenciosa, quem pode viver, como deve viver, e quem, por sua vez, permanecerá fora das narrativas legitimadas.

Em diálogo com o campo de estudos sobre hiv/aids, este artigo propõe uma reflexão sobre os efeitos biopolíticos que incidem sobre os modos de viver a saúde e a sexualidade, em especial as de homens vivendo com hiv. Ao mesmo tempo, convoca um olhar sensível às formas de resistência e às dinâmicas de subjetivação que emergem desses corpos. Trata-se de reconhecer as potências dos corpos-currículos que, por meio de práticas de cuidado de si - especialmente através da narrativa de si -, reivindicam visibilidade, reconhecimento e pertencimento no espaço público.

Nas articulações entre currículo(s) e saúde(s)

A relação entre currículo e saúde é profundamente atravessada pelos modos de produção de saberes e normas que organizam e regulam os corpos, especialmente aqueles que se desviam das normatividades sociais instituídas (Louro, 1999, 2004; Caetano, 2016). Essa articulação não se limita à dimensão pedagógica formal, mas integra um campo mais amplo de estratégias de poder colonial que operam na constituição das subjetividades. Nesse contexto, a noção de biopolítica, tal como desenvolvida por Michel Foucault (1999), torna-se central para compreender os dispositivos que administram a vida, os corpos e os comportamentos sob uma lógica de governamentalidade.

A biopolítica, enquanto tecnologia de poder que emerge no final do século XVIII, desloca o foco do poder soberano - que decidia sobre a morte - para um poder que investe na vida, na sua otimização, controle e normatização. Foucault (1999) analisa como, com o advento da biopolítica, os corpos passam a ser objeto de intervenções contínuas, não apenas no plano individual (anatopolítica), mas também no coletivo (biopolítica propriamente dita), através da gestão de populações, estatísticas, campanhas de saúde, políticas públicas e práticas educativas. A governamentalidade,

enquanto racionalidade política que orienta a condução da conduta dos sujeitos, é o solo em que a biopolítica se articula às instituições modernas.

No campo da saúde sexual e das políticas públicas de enfrentamento ao hiv/aids, a biopolítica se manifesta de maneira incisiva, ora produzindo corpos vetores⁷, ora produzindo corpos políticos (Nolasco; Bernardes, 2023). As estratégias de prevenção, os discursos sobre risco, os modos de diagnóstico e tratamento, e os próprios “currículos” - que permeiam a composição das políticas públicas e dos dispositivos normativos - são atravessados por essa lógica de gestão da vida. O currículo, nesse sentido, em toda sua abrangência, regula formas de viver, de se proteger, de desejar e de ser reconhecido como sujeito de direitos (Caetano, 2016).

Ao pensarmos o currículo como um espaço de produção de subjetividades, como propõe Tomaz Tadeu Silva (2016), Guacira Lopes Louro (1999, 2004) e Marcio Caetano (2016), compreendemos, então, que ele atua como instrumento de normalização, operando uma pedagogia do corpo e do desejo. O que é ensinado - e o que é silenciado - sobre sexualidade, prevenção e cuidado contribui diretamente para a construção de fronteiras entre o saudável e o doente, o aceitável e o desviado, o legítimo e o abjeto. No caso das PVHIV, essa dinâmica se intensifica, uma vez que seus modos de existência frequentemente são enquadrados por narrativas biomédicas que os associam ao risco, à vulnerabilidade e à patologização.

Além disso, as políticas públicas voltadas à saúde sexual ainda privilegiam abordagens biomédicas tradicionais, como a ênfase exclusiva no uso da camisinha (Duque; Seffner, 2022). Esse reducionismo não apenas restringe as possibilidades de cuidado, mas também inviabiliza formas plurais de vivência da sexualidade. A resistência a tais discursos normativos, portanto, não se limita a um embate técnico-científico, mas envolve uma disputa política pelos sentidos da vida e pelos modos de existir no mundo.

A incorporação dessas tecnologias ao debate sobre currículo e políticas de saúde implica a abertura para novas formas de subjetivação, nas quais os sujeitos - especialmente os historicamente marginalizados - podem exercer maior autonomia

⁷ Ao longo do artigo, utilizamos as expressões “corpos vetores”, “corpos políticos”, “corpos vida” e “corpos-currículos” para evidenciar a centralidade do corpo nas dinâmicas sociais e nas formas de produção de subjetividade. Buscamos, com elas, enfatizar como práticas pedagógicas, disciplinares e institucionais participam ativamente da constituição dos corpos, de seus modos de existência e de dinâmicos processos de subjetivação (Louro, 2004; Nolasco; Bernardes, 2023).

sobre seus corpos, desejos e afetos. Contudo, esse movimento encontra barreiras estruturais, sobretudo diante de um cenário político marcado por retrocessos que contribuíram para a fragilização das políticas públicas de saúde (Maksud et al., 2022). O currículo oculto, portanto, continua a operar como um espaço de reprodução de saberes excludentes, naturalizando violências simbólicas que afetam diretamente o cuidado e a saúde das populações dissidentes.

Desse modo, refletir sobre a interface entre currículo, políticas e práticas de saúde voltadas ao campo do hiv/aids demanda uma análise crítica das formas de produção de verdades e das práticas de governo que atravessam a saúde pública e as políticas de saúde.

Currículos de desmonte

As narrativas de PVHIV têm se mostrado potentes ferramentas de resistência, desafiando os discursos de marginalização e as estruturas biomédicas que reduzem seus corpos à condição patológica. No diálogo com Herbert Daniel e Richard Parker, em “A terceira epidemia” (2018), compreendemos que a politização dessas experiências não apenas questiona os modelos oficiais de saúde pública, mas também convoca o Estado e a sociedade à revisão de suas práticas e políticas. Ao afirmarem suas existências para além da doença, as PVHIV criam espaços onde a vida é reivindicada como potência e direito (Daniel; Parker, 2018).

Contudo, essa resistência se insere em um cenário de crescente ataque aos direitos humanos e à dignidade de populações vulnerabilizadas (Maksud et al., 2022). A ascensão de governos autoritários, como os de Jair Bolsonaro e Donald Trump, representou um retrocesso significativo nas políticas públicas de enfrentamento à epidemia. O negacionismo científico, marca dessas gestões, enfraqueceu sistemas de saúde e intensificou a estigmatização das PVHIV. A declaração de Bolsonaro, ao afirmar que uma pessoa com hiv seria “uma despesa para todos aqui no Brasil” (Putti, 2020), ilustra de forma contundente a lógica necropolítica que, conforme Mbembe (2018), define quem pode viver e quem deve morrer a partir de critérios econômicos e de normatividade social.

Esse cenário não se restringe ao contexto brasileiro ou estadunidense. Os cortes de financiamento internacional, como os promovidos pela administração Trump

à Organização Mundial da Saúde, impactaram diretamente populações em situação de maior vulnerabilidade ao hiv (Grinsztejn; Poniatowski, 2025). Diante da recente suspensão dos recursos do Plano de Emergência do Presidente para o Alívio da AIDS (PEPFAR) pelo governo dos Estados Unidos, uma nova gestão bionecropolítica (Lima, 2018) revela um rearranjo preocupante nas políticas e metas globais de erradicação da aids até 2030.

De acordo com o ativista e pesquisador Gabriel Nolasco (Nolasco apud Anjos, 2025), no caso do Brasil, a medida traz impactos significativos para o enfrentamento da epidemia de hiv/aids em Campo Grande e em outras regiões do país. Para o autor, a interrupção do financiamento internacional representa um grave retrocesso nas políticas públicas de prevenção e no alcance das metas globais de resposta ao hiv, como as estabelecidas pelo UNAIDS 95-95-95 (UNAIDS, 2023).

Segundo Nolasco, no caso específico de Campo Grande-MS, a interrupção de algumas das estratégias do programa “A Hora é Agora” - projeto em execução desde 2019 na capital sul-mato-grossense, fruto de uma parceria entre a Fiocruz, a SESAU e o CDC, via PEPFAR - compromete a capacidade do sistema público de saúde de garantir testagem, tratamento e ações de prevenção voltadas às populações historicamente marginalizadas, como homens que fazem sexo com homens, mulheres trans, profissionais do sexo e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além do impacto direto sobre as ações, a suspensão de recursos também gera apreensão entre os trabalhadores e trabalhadoras que atuam nos serviços, e entre os próprios usuários do SUS, uma vez que ameaça a continuidade de cuidados essenciais e enfraquece os vínculos construídos nos territórios. O autor ainda destaca que essa medida se insere em um contexto mais amplo de desmonte da cooperação internacional em saúde, intensificado desde o governo Trump com a saída dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde (OMS), além da ascensão de discursos negacionistas e anticiência (Nolasco apud Anjos, 2025).

Para Nolasco, o impacto da retirada desses recursos será sentido de forma ainda mais severa em países de baixa e média renda, como o Brasil, onde o financiamento internacional é crucial para ampliar o acesso à testagem e à profilaxia pré-exposição (PrEP). Ele afirma: “o subfinanciamento do SUS, aliado ao avanço de pautas moralistas que ignoram evidências científicas, compromete a efetividade das políticas de enfrentamento ao HIV/Aids”. E conclui com um alerta: “o combate ao

HIV/Aids não pode ser refém de disputas políticas ou agendas ideológicas, e a saúde pública deve ser tratada como uma prioridade inegociável” (Nolasco apud Anjos, 2025).

Diante desse panorama, as narrativas das PVHIV, como as de G. Bandeira, tornam-se formas de (re)existência e contestação política, subvertendo a lógica de exclusão e desumanização biopolíticas. Mais do que relatos de dor, essas histórias corporificam uma política da vida que reconfigura o sujeito como protagonista de sua trajetória, desafiando os processos de normalização e medicalização.

Herbert Daniel (2021), em sua militância e produção intelectual, afirma que os corpos com hiv não devem ser tratados como objetos de gestão, mas reconhecidos como sujeitos de direitos, desejos e histórias. Essa perspectiva dialoga com a de Paul Preciado (2021), que reconfigura a ideia de “monstruosidade” como potência, afirmando que os corpos dissidentes, longe de representarem desvios, abrem caminhos para novas formas de existência.

As narrativas das PVHIV, ao enfrentarem políticas autoritárias e necropolíticas, não apenas resistem à marginalização, mas propõem uma alternativa à saúde pública excludente. Essas histórias, que podemos ler também como corpos-currículos, recusam a lógica que define a vida com hiv como fardo e nos convocam a pensar a saúde pública não como um campo técnico e despersonalizado, mas como território de transformação política, onde cada corpo importa em sua diversidade e potência. Em decorrência disso, Fernando Seffner e Richard Parker (2016) defendem que é urgente repolitizar o campo da saúde, compreendendo-o como espaço de disputa por justiça social, direitos humanos e afirmação de subjetividades.

Corpos-currículos silenciados

O silenciamento atual em torno do hiv/aids na seara pública (propagandas, meios de comunicação), enquanto práticas educativas e curriculares, não é um dado isolado ou neutro, mas expressão de uma política do corpo. Como afirmamos anteriormente, ao propormos compreender os currículos como dispositivos que não apenas transmitem conteúdos (Silva, 2016; Caetano, 2016), mas também produzem sentidos sobre quem deve ser cuidado, reconhecido e acolhido, somos desafiados a interrogar aquilo que pode ser silenciado, patologizado ou esquecido. Nos últimos

anos, a invisibilização das campanhas de prevenção é sintomática de uma pedagogia da omissão que reitera corpos e condutas “fora da norma” como menos dignos de atenção e cuidado, como “monstros” no sentido proposto por Preciado (2021): aqueles que perturbam a ordem do saber, da sexualidade e da saúde.

Assumir essa monstruosidade como ato político significa questionar a ideia de que o corpo que vive com hiv deve ser corrigido, higienizado ou, no limite, normalizado através da biomedicalização. Ao contrário, trata-se de afirmar um corpo despatologizado que reivindica uma vida antes da morte (Daniel, 2021), em toda sua potência de desejo, afeto, cuidado e produção de saberes.

Paul Preciado (2018) nos convida a pensar os corpos como atravessados por um regime farmacopornográfico, em que a prevenção ao hiv/aids se dá por meio do controle biotecnológico das subjetividades, administrando desejos e medos em escala molecular. Quando a principal diretriz da política de enfrentamento ao hiv passa a ser centrada apenas nas estratégias biomédicas (Corrêa, 2016), sem agregar o contexto político, afetivo, cultural, subjetivo e intersubjetivo, ela deixa de ser um dispositivo de emancipação e passa a operar dentro de uma lógica de normatização e controle. Nesse cenário, as estratégias de “cuidado” tornam-se ferramentas da gestão biopolítica dos corpos.

A crítica de Parker (2015, p. 2) é certa ao indagar: “Onde escutamos sobre grandes conquistas biomédicas no enfrentamento à epidemia, ainda vale uma resposta comunitária frente à epidemia?” Essa pergunta é crucial para pensarmos como os “currículos” das políticas de saúde podem (ou não) servir como espaços de resposta coletiva à epidemia, articulando saberes biomédicos com saberes comunitários, vivenciais e afetivos.

Currículos silenciados são também currículos patologizantes. E, nesse contexto, desnaturalizar os discursos sobre “normalidade”, “risco”, “prevenção” e “doença” torna-se fundamental para romper com práticas excludentes. Como afirmam Aureliano Silva Junior, Mauro Brigeiro e Simone Monteiro (2023), a hegemonia das estratégias biomédicas na prevenção ao hiv tem obscurecido as experiências das pessoas que vivem com o vírus, sua agência e seus modos de cuidado. O “currículo-política” que desejamos, portanto, é aquele que assume a complexidade dos corpos, a multiplicidade das vivências e a potência política das dissidências, recusando as práticas e intervenções que falam sobre hiv sem escutar quem vive com ele.

Tornar visível a produção de contracurrículos é um gesto que vai além do técnico e se instala no ético-político: reivindicar o cuidado, a informação e a vida digna como alicerces da educação em saúde, articulando o saber científico ao saber vivido. É, acima de tudo, afirmar a potência desses corpos “monstruosos” (Preciado, 2021) que, ao furar os silêncios, criam novas possibilidades de vida, de resistência e de aprendizado.

Corpos recusados, biopolítica e produção de subjetividades

A noção de “corpo recusado”, forjada por Luiz Cecílio (2020), não nomeia uma simples falta de acolhimento sanitário, mas uma recusa de ordem ontológica: determinadas vidas são sistematicamente desautorizadas não apenas no acesso a serviços, mas na própria possibilidade de serem reconhecidas como dignas de cuidado, de luto e de pertencimento. Trata-se de uma exclusão que se inscreve nos corpos e subjetividades daqueles que, como PVHIV, tensionam as normatividades sociais de gênero, sexualidade, raça e classe. Ao narrar sua própria trajetória como sanitarista e homem gay vivendo com hiv, Cecílio não produz um relato individual: sua escrita autobiográfica torna-se testemunho coletivo das feridas abertas pelas diferentes fases da epidemia no Brasil, revelando como a marginalização desses corpos não é residual, mas estruturante.

Essa recusa, contudo, não se encerra na dimensão simbólica. Ela opera por meio de dispositivos concretos que articulam saúde, moralidade e política, produzindo o que Herbert Daniel e Richard Parker (2018) designaram como a “terceira epidemia”: a persistência do estigma e da discriminação como regimes de poder que ultrapassam largamente o campo biomédico. Mais do que uma reação social ao vírus, o estigma é aqui compreendido como uma tecnologia biopolítica que regula vidas a partir de critérios morais, sexuais, raciais e de classe, hierarquizando quem merece proteção e quem pode ser descartado. Essa lógica, como evidencia Parker (2013), não se restringe a contextos locais, mas atravessa escalas globais, manifestando-se em legislações, práticas institucionais, discursos midiáticos e afetividades cotidianas (produzindo, de forma persistente, a precarização seletiva de vidas já vulnerabilizadas).

É precisamente nesse ponto que a noção de “vida precária”, formulada por

Judith Butler (2015), torna-se indispensável. Para Butler (2015), há vidas que não são reconhecidas como passíveis de luto - e, por isso mesmo, são desprovidas de proteção social e simbólica. São vidas cuja perda não mobiliza comoção, cuja dor não sensibiliza, cuja existência não se torna inteiramente inteligível nos marcos normativos da humanidade. Articulando Butler (2015) a Cecílio (2020), percebemos que o corpo recusado é também um corpo precário: não apenas em sua vulnerabilidade econômica ou social, mas enquanto existência cuja dignidade é negada em nível fundamental. Os “quadros” de que fala Butler - esses dispositivos de poder que organizam nossa percepção sobre o que merece ser protegido ou abandonado - não são abstrações: eles moldam afetos públicos, orientam políticas institucionais e selecionam, no campo da saúde e nas relações interpessoais, quais perdas podem ser naturalizadas e quais merecem ser lembradas.

Assim, a recusa a esses corpos não se dá apenas na exclusão de serviços ou direitos, mas na própria negação de sua existência como vida legítima. Breno Ferreira e Claudia Bonan (2021) demonstram como, mesmo nos espaços que deveriam acolher, as práticas de saúde frequentemente reforçam a exclusão - seja por meio de discriminações sutis, seja pela negação simbólica do cuidado integral. O corpo recusado, portanto, é aquele que desafia as fronteiras da normalidade, que insiste em existir apesar das recusas - e que, por isso mesmo, torna-se foco de controle, disciplinamento e esquecimento.

Mais do que objeto passivo de marginalização, porém, esse corpo é sujeito de uma experiência crítica que expõe as engrenagens de um sistema que decide quem deve viver, como deve viver e quando pode morrer (física, civil ou simbolicamente). Reivindicar esses corpos como corpos-vida, como sujeitos de cuidado, desejo e memória, é um gesto de desestabilização política: implica desarmar os dispositivos de governo de si e dos outros (Foucault, 2010) que produzem precariedade, e afirmar, contra a lógica da exclusão, o direito à vida digna.

Um diário-corpo como contracurrículo

Se a seção anterior nos ajudou a compreender os mecanismos biopolíticos que produzem corpos recusados e vidas precárias, resta agora perguntar: como esses corpos respondem à recusa que lhes é imposta? É precisamente essa pergunta que

o “diário-corpo”⁸ de G. Bandeira nos ajuda a responder. G., homem gay, preto, nordestino, com 35 anos (à época da pesquisa) e nível superior, foi um de nossos interlocutores na pesquisa de campo realizada na Fundação Oswaldo Cruz. Sua história - marcada pelas intersecções de raça, classe, regionalidade e sexualidade - poderia ser a de tantos outros jovens periféricos que se veem subitamente confrontados com um diagnóstico que reconfigura inteiramente suas vidas.

Antes mesmo de nosso primeiro encontro presencial, G. compartilhou voluntariamente um diário pessoal - por ele denominado “diário-corpo” e intitulado “Sem destinatário” - como forma de nos fazer compreender, em suas próprias palavras, o processo de descoberta de sua condição sorológica. Escrito a partir do “dia zero” que se seguiu ao diagnóstico, esse diário não é um mero registro cronológico: é um ato de cuidado de si (Foucault, 2006), uma aposta na narrativa como modo de reorganizar o mundo diante do colapso. Nas palavras de G.:

Antes de mais nada, é importante registrar que senti uma necessidade profunda de escrever e partilhar essas palavras. E, como sempre tem sido com elas, as palavras costumam vir como uma forma de curar, de libertar e resistir, de expressar, narrar e contar sobre a – nossa – história. Chegam, ao menos para mim, para não torná-las palavras-fantasmas, como no sentido trazido por Eliane Brum: “palavras-fantasmas, é preciso dizer, não assombram. Desassombram”. E se assim é, esta é a primeira carta que escrevo onde remetente e destinatário ocupam o mesmo endereço (G. Bandeira, s/d).

O diagnóstico de G. não chega como uma busca deliberada, mas como uma interpelação inesperada no interior de uma consulta médica de rotina - uma bateria de exames para uma possível candidíase peniana, em meio à pandemia de Covid-19. É nesse cenário aparentemente corriqueiro que a maquinaria biomédica o captura:

[...] na semana véspera do nosso aniversário, no meio dessa longa pandemia da Covid-19, um teste rápido feito ocasionalmente, afinal, ali estávamos para tratar de uma possível candidíase peniana, ouvimos do Doutor: – “seu teste deu reagente para o HIV!”. [...] Fiquei sem chão. De medo – de medo – de preconceito, de vergonha, de angústia, de dor, de falta de ar. Lembro das

⁸ A expressão “diário-corpo” é aqui mobilizada como uma noção que articula escrita de si, experiência corporal e resistência. Inspirados em Michel Foucault (2006), compreendemos a escrita de si, nesse contexto, como prática ética e política, pela qual o sujeito elabora modos de existência e se constitui em relação a si e ao mundo. Nesse sentido, o diário-corpo não se refere apenas a um registro textual, mas a um gesto de inscrição de experiências no próprio corpo – um corpo que sente, adocece, deseja e resiste. Dialogando com Judith Butler (2018) e Paul B. Preciado (2020), entendemos que o corpo vivendo com hiv, ao narrar-se, produz contracondutas frente às normatividades de gênero, sexualidade e saúde, tornando-se espaço de criação e afirmação de si. Assim, o diário-corpo é concebido como um contracurrículo: uma escrita encarnada que produz saberes outros sobre o viver com hiv, deslocando o olhar das prescrições biomédicas para as potências políticas e poéticas da existência.

luzes e paredes brancas, do médico branco vestido de branco e um barulho insistente, um eco refletido num vazio que se fez presente e constante em mim desde então. Mal recordo de quanto tempo durou – pareceu uma eternidade [...] (G. Bandeira, s/d).

Esse fragmento não é apenas um relato pessoal; é a encenação vívida do que Foucault (1999) descreve como um dispositivo de saber-poder. O teste rápido atua como um “oráculo da verdade” - um gesto de captura que reinscreve o sujeito, antes em busca de alívio para um desconforto físico, em um regime de verdade que define o que é saúde, risco, conduta adequada e futuro. A cena é paradigmática: o “médico branco vestido de branco”, as “paredes brancas”, o “barulho insistente” - todos os elementos compõem um cenário de normalização disciplinar em que o corpo é exposto, vigiado e diagnosticado, atualizando o que Foucault (2008) chamou de poder pastoral moderno.

O terror que irrompe no relato - “medo, preconceito, vergonha, angústia, dor, falta de ar” - não é uma reação individual, mas o sintoma de uma estrutura que há muito associou o HIV à morte, ao desvio e à culpa. O diagnóstico, nesse sentido, não é apenas biológico: é um evento simbólico e subjetivo que reorganiza a vida a partir daquilo que foi revelado como “verdade”. G. não descobre uma condição; ele é interpelado por uma identidade que não pediu e que, de um só golpe, o inscreve em uma história de estigmatização e silenciamento.

E, no entanto, é precisamente no momento em que o poder parece mais absoluto - no diagnóstico, na captura biomédica, na sentença - que emerge a possibilidade de resistência. O próprio gesto de escrever, de rememorar e partilhar a experiência, já constitui um ato de recusa à sujeição passiva. Dar linguagem ao trauma, ao susto, ao eco do vazio, é um modo de se reconectar consigo e produzir outros sentidos possíveis para uma nova existência. Trata-se de um exercício ético-estético de si (Biehl, 2008), em que o sujeito, confrontado com uma violência simbólica e institucional, reorganiza seu mundo e suas verdades.

É nesse movimento que o diário de G. se revela como um contracurrículo. Ao escrever uma “carta onde remetente e destinatário ocupam o mesmo endereço”, ele não apenas registra a dor, mas a transforma em testemunho - um testemunho que recusa o silêncio e a invisibilidade a que corpos soropositivos são frequentemente condenados. Sua escrita ecoa a proposição de Herbert Daniel (2021): “antes, a vida”. Não como utopia, mas como tática política contra a sorofobia, contra a expectativa

social de que corpos vivendo com hiv sejam apenas corpos destinados ao fim.

A afirmação de G. – “eu estou vivo” - é, nesse contexto, mais do que uma constatação: é um gesto político que rasura a lógica da morte civil (Cecílio, 2020) e reinscreve a dignidade no corpo recusado. Como nos mostram Longhi (2015) e Nolasco & Bernardes (2023), é nas práticas de cuidado cotidiano (nos afetos, nas redes de solidariedade, nas narrativas compartilhadas) que outras formas de reconhecimento e afirmação da vida se tornam possíveis, para além da lógica tecnocrática do controle epidemiológico.

Assim, o diário sem destinatário de G. insiste em permanecer e resistir - não porque ignore a dor, mas porque a transfigura em potência. Ele nos ensina que a produção de contracurrículos “positivados” (Nolasco; Bernardes, 2023) - não pelo vírus, mas pela potência de viver apesar dele - é uma forma de disputar, no campo simbólico e político, o direito à existência plena. Cada vez que alguém diz “eu estou vivo” em um contexto sorofóbico, esse enunciado não é apenas uma afirmação individual: é a reivindicação coletiva de que essas vidas importam, de que esses corpos merecem cuidado, reconhecimento e pertencimento.

Considerações Finais: por uma ética do cuidado e da inclusão curricular

Ao longo deste percurso, procuramos demonstrar que o hiv/aids não se reduz a uma questão biomédica (Oliveira; Nolasco; Nascimento, 2024). Trata-se de um fenômeno densamente atravessado por dimensões políticas, sociais, culturais e subjetivas, cuja compreensão exige um olhar ético comprometido com a dignidade das vidas afetadas. A noção de “corpo recusado” - que orientou nossa análise - revela que, apesar dos avanços científicos e das lutas históricas dos movimentos sociais, o estigma, a marginalização e o silenciamento persistem como estruturantes das experiências de pessoas vivendo com hiv.

Essa persistência não é acidental. Ela opera por meio de dispositivos biopolíticos que, como vimos, hierarquizam vidas, produzem precariedade e autorizam o “deixar morrer” - uma dinâmica que Fátima Lima (2018) nos ajuda a nomear como bionecropolítica. Diante disso, a desumanização dessas vidas não pode ser tratada como mera consequência da doença, tampouco como gestão individual do sofrimento. O ativismo - construído por coletivos e indivíduos que enfrentaram e seguem

enfrentando discursos moralizantes e políticas excludentes - precisa ser não apenas lembrado, mas fortalecido como horizonte de transformação social e como currículo transformador.

Herbert Daniel (2021) nos ensina que viver com hiv não é estar condenado à morte, mas afirmar o direito à vida plena, à dignidade e à expressão das múltiplas formas de existência. Esse gesto, de recusar a sentença e afirmar a potência, convoca os currículos, em seus múltiplos espaços (escolares, acadêmicos, políticos, institucionais e sociais), a se abrirem à pluralidade de vozes, narrativas e experiências historicamente relegadas à margem. O currículo, nessa perspectiva, não pode mais ser cúmplice da normatividade e da exclusão; ele precisa tornar-se território de escuta e reconhecimento das vidas que tradicionalmente silencia.

A superação das estruturas que produzem sofrimento e precarização requer, portanto, a construção coletiva de espaços de resistência pautados na solidariedade, no cuidado e na transformação (Seffner; Parker, 2016). Essa tarefa não recai apenas sobre as pessoas diretamente afetadas, mas sobre a sociedade como um todo - que precisa assumir a responsabilidade de romper com currículos excludentes e com políticas que perpetuam desigualdades.

Nesse processo, a escrita como cuidado de si revelou-se uma aliada fundamental - não como refúgio individualista, mas como dispositivo ético-político e pedagógico. Como vimos no diário-corpo de G. Bandeira, narrar-se é produzir contranarrativas que desestabilizam o olhar patologizante e reafirmam a potência das vidas que convivem com o hiv. Ao sensibilizar e provocar, a escrita de si instaura outras formas de ver, sentir e imaginar, tornando-se essencial na luta por reconhecimento e inclusão.

Defender uma política de saúde pública comprometida com a vida implica ir além do controle epidemiológico. Como nos lembra a médica Marcia Rachid (2024), é preciso instituir práticas afirmativas que acolham, escutem e visibilizem as subjetividades das PVHIV - reconhecendo-as em sua inteireza: não como portadoras de uma condição, mas como protagonistas de suas histórias, desejos e lutas. Viver com hiv mobiliza formas específicas de condução das ações individuais, coletivas e programáticas no enfrentamento ao estigma e à discriminação, ao mesmo tempo que expõe a negligência persistente no acesso às políticas sociais destinadas aos corpos mais pobres e vulnerabilizados.

Mais do que denunciar a precarização, é fundamental construir alternativas que garantam o direito à existência plena. E isso passa, necessariamente, pela disputa dos currículos enquanto territórios simbólicos de poder. Somente por meio de uma ética do cuidado e de um currículo crítico e contra-hegemônico será possível afirmar uma saúde pública que reconheça os corpos não como objetos de controle, mas como sujeitos políticos capazes de transformar o mundo que os recusa.

Referências

ANJOS, Lethycia. Suspensão de recursos dos EUA decreta o fim de programa de prevenção ao HIV em Campo Grande. **Midiamax**, Campo Grande, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2025/suspensao-de-recursos-dos-eua-decreta-o-fim-de-programa-de-prevencao-ao-hiv-em-campo-grande/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BANDEIRA, G. **Sem destinatário**. s/d.

BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012008000200002>

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALAZANS, Gabriela Junqueira; PARKER, Richard; TERTO JUNIOR, Veriano. Refazendo a prevenção ao HIV na 5ª década da epidemia: lições da história social da Aids. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n.esp. 7, p. 207-222, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E715>

CAMPO, Rafael Garcia; GIOVINAZZO JÚNIOR, Carlos Antônio. Currículo oculto: aspectos da experiência educacional não declarada no currículo oficial e formal da escola. **Revista Espaço do Currículo**, v. 17, n. 1: e66446, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v17i1.66446>

CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas**: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.

CECÍLIO, Luiz. **O corpo recusado**. São Paulo: HUCITEC, 2020.

CORRÊA, Sonia. A resposta brasileira ao HIV e à AIDS em tempos tormentosos e incertos. In: ABIA. **Mito vs Realidade**: sobre a resposta brasileira à epidemia de HIV e AIDS em 2016. Rio de Janeiro: ABIA, 2016. p. 7-15.



CORREIA JUNIOR, Salvador Pereira Campos; NASCIMENTO, Marcos. Cecilio L. O corpo recusado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 2099-2100, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.05232021>

DANIEL, Herbert. **Vida antes da morte**. 4 ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2021.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **Aids**: a terceira epidemia – ensaios e tentativas. 2 ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DUQUE, Tiago; SEFFNER, Fernando. A epistemologia do segundo armário: canais de gays HIV+ no Youtube como artefatos pedagógicos. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 60, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2022v1n60ID30036>

FERREIRA, Breno de Oliveira; BONAN, Claudia. Vários tons de não: relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTB). **Interface** (Botucatu), v. 25, p. e200327, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200327>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber: Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso no Collège de France (1981-1982). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GRINSZTEJN, Beatriz; PONIATOWSKI, Birgit. Por que o HIV pode estar à beira de um retorno monumental. **Folha de São Paulo**, Opinião, São Paulo, 10 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/02/por-que-o-hiv-pode-estar-a-beira-de-um-retorno-monumental.shtml#:~:text=Cientistas%20anunciam%20segunda%20remiss%C3%A3o%20do%20HIV&text=A%20reemerg%C3%Aancia%20do%20v%C3%ADrus%20MPOX,da%20equidade%20em%20sa%C3%BAde%20global>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault y Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003. Acesso em: 14 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria

queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LONGHI, Marcia Reis. “Eu cuido dela e ela cuida de mim”: reflexões sobre o cuidado a partir de narrativas de casais homossexuais sorodiscordantes. **POLÍTICA & TRABALHO** (UFPB), v. 42, p. 91-109, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/23307> Acesso em: 13 abr. 2025.

MAKSUD, Ivia et al. Políticas e práticas de cuidado em HIV/Aids: diálogos interdisciplinares. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 5-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E700>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NOLASCO, Gabriel Luis Pereira; BERNARDES, Anita Guazzelli. Tensões entre corpos vetores e corpos políticos. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 14-26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v16i3.12565>

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NOLASCO, Gabriel Luis Pereira; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira. “Sentença de vida”: disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo. **ÁSKESIS**, v. 13, p. 12-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244./2238-3069.2024/15>

PARKER, Richard. Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. In: MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza (orgs.). **Estigma e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 25-46.

PARKER, Richard. **O fim da AIDS?** Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, Rio de Janeiro, 24 set. 2015. Disponível em: <https://abiaids.org.br/o-fim-da-aids/28618>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 278-331, 2021 (2022). DOI: <https://doi.org/10.5380/petfilo.v22i1.88248>

PUTTI, Alexandre. “Uma pessoa com HIV é uma despesa para todos aqui no Brasil”, diz Bolsonaro. **Carta Capital**, Política, São Paulo, 05 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-para-todos-aqui-no-brasil-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RACHID, Marcia. **Sentença de vida**: histórias e lembranças – a jornada de uma médica contra o vírus que mudou o mundo. 3 ed. Rio de Janeiro: Máquina de Livros,

2024.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. **Interface** (Botucatu), v. 20, n. 57, p. 293-304, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0459>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias curriculares. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SILVA JUNIOR, Aureliano Lopes da; BRIGEIRO, Mauro; MONTEIRO, Simone. Saúde, aprimoramento e estilo de vida: o uso da profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP) entre homens gays, mulheres trans e travestis. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 33, e33082, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333082>

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. **O caminho que põe fim à aids**. [S.l.]: UNAIDS, 2023. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2023/07/JC3082_GAU2023-ExecSumm_v2_embargoed_PT_VF_Revisada-EA.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

REFUSED BODIES AND COUNTER-CURRICULUMS:

hiv/aids, sexual health and the production of resistant subjectivities

Abstract

This article proposes a critical reflection on the ways in which hiv/aids, as a biopolitical marker, permeates dissident bodies and subjectivities, especially those of men living with hiv. Based on the notion of “refused bodies” (Cecílio, 2020) and the concept of “hidden curriculum” (Silva, 2016; Louro, 1999; 2004), it is argued that both school spaces and institutional health devices operate as mechanisms of exclusion, erasure, and normalization of bodies that challenge hegemonic norms of gender, sexuality, race, and class. The research, anchored in the project “Masculinities, life course, and care”, highlights how discourses and social practices related to hiv/aids are still marked by stigma and silencing, configuring a curriculum that implicitly teaches who has the right to care, visibility, and citizenship. Through the analysis of a body diary produced by a research interlocutor, the text reflects on how these subjects develop resistance and self-care practices in contexts of exclusion. The articulation between curriculum and biopolitics allows us to understand how certain narratives about health and sexuality are legitimized while others are relegated to the margins. The article, therefore, calls for an ethical-political look at bodies that, even when rejected, fabricate counter-curricula that demand belonging, recognition and a dignified life.

Keywords

hiv/aids; Sexual health; Hidden curriculum; Body diary; Biopolitics.

Agradecimentos: Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), bem como a todo o seu corpo técnico, docente e discente, pelos valiosos diálogos e aprendizados compartilhados ao longo do percurso.

Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - processo n. 177092/2023-8.

Contribuições das pessoas autoras: EAO, MAFN, SPCCJ e GLPN contribuíram com a escrita do rascunho original; EAO colaborou na coleta e curadoria de dados; EAO foi responsável pela análise de dados; MAFN supervisionou todas as etapas do trabalho. Todas as pessoas autoras manifestaram concordância com a versão final apresentada para a publicação.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: CAAEE de aprovação - 83821524.0.0000.5269

Conflito de interesses: Declaramos a inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Declaração a inexistência de utilização de ferramenta de IA.

Pessoa autora correspondente: Esmael Alves de Oliveira, Universidade Federal da Grande Dourados, e-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br Endereço para correspondência: Universidade Federal da Grande Dourados, Unidade II, Faculdade de Ciências Humanas (FCH), Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Caixa Postal: 364. Cep: 79.804-970. Dourados-MS.

Recebido em: 05/05/2025

Aceito em: 22/02/2026

